



V SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO SUPORTE DAS POLÍTIAS PÚBLICAS REGIONAIS E POLÍTIAS DE INOVAÇÃO

ESDRAS DA SILVA COSTA

USCS Universidade de São Caetano do Sul
esdras-dasilva@bol.com.br

DOUGLAS RENATO PINHEIRO

USCS Universidade de São Caetano do Sul
douglasrpinheiro@uol.com.br

LUIS PAULO BRESCIANI

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
lpbresciani@uscs.edu.br



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO SUPORTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS E POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

THE ROLE OF UNIVERSITIES IN THE SUPPORT OF REGIONAL PUBLIC POLICIES AND INNOVATION POLICIES

RESUMO

As constantes mudanças contemporâneas exercidas pelos processos de inovação faz com que torna-se notório observar os relacionamentos exercidos entre Instituição de Ensino Superior – IES, empresas e governo, tendo como base o uso da ciência e da inovação, a fim de diminuir o grau de disparidade socioeconômica existente. O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, sendo conduzida por uma análise documental tendo como base as IES participantes do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC (2014). A pesquisa apresenta o envolvimento das IES locais (Grande ABC) com suas ações voltadas para a integração entre universidade, empresas e governo respaldadas frente suas ações de políticas públicas e políticas de inovação. As Instituições de Ensino Superior pesquisadas possuem envolvimento direto com a pesquisa, sendo este envolvimento subdividido entre as instituições da seguinte forma: algumas IES possuem um maior envolvimento com políticas públicas, e outras IES possuem um maior envolvimento com o processo de inovação. O que caracteriza a importância das IES para a região do Grande ABC e que possibilita compreender suas formas de atuação e vocação diante de seus *stakeholders*.

Palavra-chave: Universidades; Políticas Públicas; Inovação; Pesquisa; Vocação.

ABSTRACT

Constant contemporary changes carried out by the innovation processes becomes evident observing the relationships exercised between higher education institution - IES, business and government, based on the use of science and innovation in order to reduce the degree of existing socioeconomic disparities. This study deals with an exploratory research, being conducted by a documentary analysis based on the participants in the Fourth Symposium on Research of Grande ABC - SPGABC (2014). The research presents the involvement of local HEI (Grande ABC) with its actions for the integration between universities, businesses and government backed front of their public policy actions and innovation. The surveyed higher education institutions have direct involvement with the research, which is divided between the institutions involved as follows: some HEIs have greater involvement with public policy, and other HEIs have a greater involvement in the innovation process. What characterizes the importance of IES for the region (Grande ABC) and makes it possible to understand their way of acting and calling forward its stakeholders.

Key word: Universities; Public Policy; Innovation; Research; Vocation.

1 INTRODUÇÃO

Com as frequentes mudanças de infraestruturas, estando relacionadas ao fator empresa e sob traços de desenvolvimento, o termo inovação ganha nítida expressão nos debates



globais, com ênfase para as mudanças de caráter tecnológico, ganhando notoriedade após a crise do modelo fordista de produção (Castilho & Cattani, 1997).

A introdução de um Sistema de Inovação torna-se justificável tendo em vista o processo de ampliação dos esforços relacionados à inovação, não decorrendo único e exclusivamente de grandes centros de pesquisas, seguindo uma linha de raciocínio linear, a qual justifica o processo de inovação unicamente relacionada aos centros de pesquisa e desenvolvimento (Apolinário, 2013).

Apoiados sob a corrente teórica de Schumpeter (1964), Castilho e Cattani (1997) fazem uso do termo “destruição criadora de inovação” compreendendo que os processos de inovação destroem infraestruturas anteriores, estando relacionado a mudanças incrementais e radicais, podendo romper padrões atuais de infraestruturas e, sobretudo criar novos modelos estruturais ainda não explorados comercialmente.

Nesse contexto as Instituições de Ensino Superior - IES tornam-se importantes para o processo de inovação, elas podem contribuir com a geração de novas tecnologias, pesquisa e conhecimento científico, sendo as IES uma parte estratégica das políticas de inovação e desenvolvimento (Nelson, 1990). O processo de transferência de conhecimento entre universidades e empresas torna-se tema relevante de pesquisa. Também se configurando como tópico de destaque na agenda de políticas de ciência, tecnologia e inovação, tanto de países desenvolvidos quanto dos países em processo de desenvolvimento (De Melo, 2012).

Na esfera das políticas públicas, a agenda de inovação surge como um avanço, porém, marcado por nítidos atrasos, quando comparado a países como: Japão, Coreia do Sul, França e Finlândia (Salerno & Kubota, 2008). Tais países obtiveram importantes avanços em inovação, dada a importância reconhecida dos estímulos governamentais e dos processos de interatividade.

Porém, a interatividade entre Universidade, Empresa e Governo, constituída pela formação da Hélice Tripla (Etzkowitz & Leydesdorff, 1995) enfatiza a importância do papel do Governo na condução de um Sistema de Inovação, pois diante desse cenário, tanto empresas, quanto as Instituições de Ensino Superior, irão encontrar dificuldades relacionadas a fontes de financiamento e obtenção de recursos para subsidiar sua busca por inovação e desenvolvimento de pesquisas (Salerno & Kubota, 2008).

Nessa perspectiva surgem os desafios institucionais, caracterizado como possíveis falhas por parte do governo, essencialmente quando relaciona o Estado como mola propulsora para o progresso em inovação, cabendo ao Estado criar estímulos para os processos de desenvolvimento (Matias-Pereira & Kruglianskas, 2005).

Como objetivo geral de pesquisa o artigo busca evidenciar as IES locais (Grande ABC) e suas vocações. Desse modo, busca compreender por meio de uma perspectiva documental se as IES pesquisadas estão inseridas no contexto das políticas públicas regionais, ou se estão atuando com vocações ligadas a inovação.

Dentro de uma visão metodológica, o artigo configura-se como uma pesquisa exploratória, tendo como base fontes de dados documentais, atuando diretamente com informações ligadas aos processos de políticas de inovação e políticas públicas sob a perspectiva das Instituições de Ensino Superior – IES, utilizando como recorte as instituições que participaram do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC, realizado em 2014.

Dessa forma tenta-se compreender em qual área as IES localizadas na Região do Grande ABC participantes do Simpósio de Pesquisa possuem suas vocações com ênfase para as áreas de Políticas Públicas e Inovação.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desenvolvido para esse artigo busca descrever acerca dos conceitos e importância das Instituições de Ensino Superior – IES dentro da perspectiva do Sistema de Inovação – SI. Descreve sobre a formulação de agendas e políticas públicas voltadas para a inovação, sob aspectos de melhorias para o processo de desenvolvimento econômico nacional e diminuição dos níveis de disparidades sociais.

2.1 Instituições de Ensino Superior – IES e Sistema de Inovação – SI

Historicamente, a partir das reformas exercidas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE as Instituições de Ensino Superior – IES começam a se configurar e atuar na modalidade de ensino público e privado de acordo com a Lei de nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), estando em consonância com o seu capítulo IV, Artigo 43º.

Uma Instituição de Ensino Superior – IES deve desenvolver um processo de inquietude, tendo ainda o papel de formar e promover a cidadania, ligada diretamente ao processo de transformação da sociedade e ainda relacionada ao uso da ciência e da tecnologia, com isso, proporcionando a diminuição das disparidades sociais e processos de interação entre universidades, empresas e órgãos públicos (Marcovitch, 1998).

Os debates sobre Universidades, Empresas e Estado possui importante função enquanto atores articuladores de um sistema de desenvolvimento nacional, denominado de Sistema de Inovação – SI. Por meio das contribuições de Etzkowitz e Leydesdorff (1995), o termo cooperação entre Universidades e Empresas (U/E) ganha forças quando relacionada à introdução do papel do Governo, como agente responsável para uma plena articulação, denominada de Tripla Hélice, originalmente surgindo por meio dos estudos de Jorge Sábato em 1968 (Sbragia, Stal, Campanário & Andreassi, 2006).

Existe uma corrente teórica a qual defende a importância das Instituições de Ensino Superior como uma das fontes basilares de um processo com características de inovação. As Instituições de Ensino Superior não se tornam responsáveis apenas por formas força de trabalho qualificada, são responsáveis também por processo de geração de conhecimento técnico e científico (Etzkowitz & Leydesdorff, 1995; Lundvall & Christensen, 1999; Mazzoleni & Nelson, 2006; Salerno & Kubota, 2008; Chiarini, Rapini & Vieira, 2013).

A expressão tripla hélice (universidade, empresas e governo) funciona como um aporte infra-estrutural, criando estímulos para a geração de conhecimento, disponibilidade de recursos financeiros e a busca por aplicabilidade das melhores práticas gerenciais tendo como base o processo de interação entre os atores (Etzkowitz & Leydesdorff, 1995).

Os processos de cooperação entre Universidades e Empresas (U/E) podem contribuir positivamente, desenvolvendo e gerando capacidade empresarial, além de proporcionar acúmulo de aprendizado (Chiarini & Vieira, 2011). Este benefício está relacionado a um processo de aprimoramento da força de trabalho, com perspectivas relacionadas ao aumento da competitividade sob aspectos de inovação (Pereira, Rodrigues & Oliveira, 2015).

As IES podem contribuir com o meio empresarial sob diferentes formas, dentre elas, produzindo resultados de pesquisas que podem ser utilizadas pelo meio empresarial sob traços de inovações. Tais pesquisas também podem proporcionar a solução de problemas e a criação



de novos produtos e processos para meio empresarial tendo como prerrogativa o processo de cooperação (Velho, 2007).

Contudo, para que esse processo de cooperação ocorra, torna-se vital que suas ações estejam fundamentadas por uma percepção interativa do processo de inovação, capaz de estimular os processos de inovação por meio da introdução dos Sistemas de Inovação – SI (Valente & Vilha, 2014).

O termo inovação tendo como base a corrente teórica de Schumpeter (1964) está relacionado a um processo de transformação econômica e mudanças relacionadas às estruturas de mercado, sendo elaborado de acordo com a teoria evolucionária do desenvolvimento, fazendo uso da expressão destruição criativa, relacionada a mudanças de caráter estruturais.

Desse modo, Apolinário (2013) caracteriza os Sistemas de Inovação – SI, sob aspectos de inter-relação entre agentes econômicos, promovendo o desenvolvimento e a difusão por meio da introdução de novas tecnologias com base no envolvimento direto dos agentes, classificados como: universidades, empresas, centros de pesquisa, agências de inovação, órgãos de apoio a pesquisa, incubadoras de cunho tecnológico e empresas.

A princípio, a inovação era constituída unicamente pelas firmas, com novas introduções de produtos e aperfeiçoamento dos mesmos nos diversos mercados, amparados por um modelo de economia estática, tendo em vista unicamente os processos de reduções de custos (Schumpeter, 1964).

Atualmente, a expressão inovação está inteiramente ligada a processos de mudanças contínuas, não apenas como o surgimento de invenções, mas como interações com práticas comerciais, tendo em vista os relacionamentos entre empresas, centros de pesquisas, universidades e o apoio do governo.

Assim, a inovação pode ser entendida como a criação de novos processos produtivos, surgimento e melhoras de novos produtos, além de processos de inovações ligadas ao marketing, com ganhos significativos quando relacionados ao acúmulo de conhecimento e redes de interações, o que geram nítidas vantagens para seus formuladores (Marques & Abrunhosa, 2005).

Tais vantagens podem ser absorvidas pelo emprego de novos métodos de produção, novos processos, recursos, matérias-primas, e acúmulo de conhecimento, sendo interpretado como um processo interativo de inovação, conhecido também como modelo de inovação Kline e Rosenberg (1986) envolvendo em sua formulação mercado, pesquisa, desenvolvimento e comercialização (Marques & Abrunhosa, 2005).

O acúmulo de conhecimento pode estar relacionado a aspectos de transferência de informações e processos de interações entre os atores, envolvendo diretamente produtores, fornecedores, clientes e apoio das Instituições de Ensino Superior – IES, envolvidas em atividades realizadas em parcerias com empresas.

Desse modo, para a plena operacionalização e introdução de um Sistema de Inovação – SI, com suas ações ocorrendo simultaneamente em conjunto entre os três atores (universidades, empresas e governo), é preciso haver um processo de interação coletiva, sendo promovido por meio de um processo dinâmico (Chiarini & Vieira, 2012), o que pode resultar em uma soma de esforços para busca por soluções. Assim, atuando como peça chave para o desenvolvimento do Sistema de Inovação – SI (Puffal & Costa, 2011).

Johnson e Lundvall (2005) descrevem que os Sistemas de Inovação – SI, são responsáveis por um processo de articulação e interação entre os atores (universidades, empresas e centros de pesquisa). Contribuindo para o processo de criação e difusão de novas inovações, além de proporcionar aspectos de desenvolvimento social (Sendin & Appoloni, 2006).



2.2 Políticas Públicas

Os processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação do Estado a partir da segunda metade do século XX resultaram na emergência de um novo campo de investigação social, denominado de análise das políticas públicas (Aguiar & Paese, 2012),

Segundo Souza (2006), a política pública permite diferenciar entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Ela envolve vários atores e níveis de decisão. A política pública é ampla e não se restringe a regulamentações, é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tendo impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão, tais como a implementação, execução e avaliação.

2.2.1 Processo de criação de agendas públicas

De acordo com Matos Pinto (2008) a criação da agenda pública ocorre por meio de uma articulação entre as correntes do problema, das alternativas e da respectiva política. A possibilidade de um assunto ou tema adentrar para o formato de agenda torna-se elevada se as três correntes caracterizadas por problemas, propostas de política e processo político estiverem interligadas.

Segundo Matos Pinto (2008) “A agenda governamental é determinada nas correntes políticas ou de problemas e as alternativas são geradas na corrente de política pública” (p. 34). De acordo com Viana (1996) são dois os fatores que influenciam a construção da agenda governamental. Primeiro os participantes descrevem as etapas e os processos pelos quais algumas alternativas e alguns itens se tomam cruciais. Esses participantes também são classificados como atores governamentais e não-governamentais.

Os atores governamentais são classificados pela hierarquia da alta administração pública. Sendo constituída por: Presidente e políticos nomeados para cargos públicos. Também fazem parte os funcionários públicos de carreira e, os respectivos parlamentares e funcionários do Congresso. O grupo dos atores não-governamentais está norteados pelos grupos de oposição e de interesse. Também fazem parte desse grupo à influência acadêmica, consultores, os diversos tipos de mídia, participantes das campanhas eleitorais; partidos políticos e a opinião pública (Viana, 1996).

Somente problemas e políticas poderiam estruturar a agenda governamental. Contudo, a probabilidade de um item incorporar na agenda de decisão se torna elevada, se todas as três correntes (de problemas, de políticas e da política) estiverem unidas. Se um dos três elementos estiver faltando, como por exemplo: uma solução não estiver disponível, um problema não encontrado ou não dispor de força suficiente, ou o apoio da corrente política não estiver disponível, então a colocação do assunto na agenda de decisão é transitória. (Matos Pinto, 2008)

Problema, alternativas e corrente política facilitam a análise da dinâmica dos vários atores, revelando a abertura ou não de “janelas de oportunidade” para a incorporação de um item na agenda governamental (Matos Pinto, 2004).

De acordo com Gelinski e Seibel (2008), a agenda das políticas públicas dependerá, em primeira instância, da concepção do Estado por parte daqueles que elaboram as políticas públicas. O que está em jogo é elucidar quem define o público alvo de uma política pública.



2.2.2 Processos de formulações e implementação das políticas públicas

As fases de elaboração do projeto (ou formulação) e implementação constituem os dois momentos importantes na formação das políticas, sendo fruto de diferentes processos e com diferentes funções sociais (Viana, 1996).

A formulação de políticas públicas pode ser subdividida em três fases, conforme descreve Viana (1996):

A primeira, quando uma massa de dados transforma-se em informações relevantes; segunda, quando valores, ideais, princípios e ideologias se combinam com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada; e última, quando o conhecimento empírico e normativo é transformado em ações públicas, aqui e agora (p. 13).

Em complemento, e de acordo com Viana (1996), apud Lewis Schneider (1971) há um modelo bastante simples para a etapa de formulação. No primeiro momento há a percepção da necessidade, posteriormente ocorre a elaboração de um plano preliminar que poderá criar o equacionamento do problema, trata-se de um plano detalhado com aprovação institucional, implementação e *feedback*.

Segundo Aguiar e Paese (2012) a formulação requer também um planejamento que implica em um processo que, por definição, em uma tramitação democrática, em que o ritual de reuniões sistemáticas preveja que todos os presentes possam se manifestar, movimentos sociais, grupos de indivíduos representados, entidades interessadas, e o Estado.

A implementação, de acordo com Viana (1996) é definida no processo em que a política governamental envolve-se com sujeitos não-governamentais, sendo alguns deles objetos da política com poder de ação, recursos e ideias. Implementação é, portanto, uma relação entre atores (governamentais e não-governamentais), na qual estes ganham *status* de sujeitos intencionais. Esse processo desenvolve-se segundo um tempo estabelecido, de tal modo que em cada momento interagem atores governamentais e não-governamentais, com ideias, recursos e ações próprias.

De acordo com Aguiar e Paese (2012), apud Minogue (1983), os estudos sobre os processos de implementação se tornaram muito relevante para analisar os resultados de uma política. A implementação de política é uma fase do processo decorrente do processo político. É o momento crucial, pois quando não se atinge o objetivo definido, muitas vezes, isso é considerado como falha de gestão, ou gerenciamento pobre.

O próprio processo de implementação, tem imbuído no seu contexto, a tomada de decisões, que se constituirá numa fonte de dados, de informações que irão contribuir para a implementação, e produzir elementos para avaliação da implementação (Viana & Paese, 2012).

2.2.3 Políticas Públicas de Inovação

A participação em conjunto entre as Instituições de Ensino Superior - IES, empresas e órgãos governamentais podem ser um diferencial como peça fundamental para a continuidade e consolidação de um Sistema de Inovação – SI, promovendo o processo de desenvolvimento e formulação de agendas. Esta agenda de inovação esta delineada sob leis que estimulam os processos de inovação e incentivos a cooperações e busca por parcerias entre atores públicos e privados, obtendo como base as seguintes leis:



- Lei 10.168/2000, que instituiu o “Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação” (Brasil, 2000);
- Lei de Inovação Tecnológica 10.973/2004, que promove a plena continuidade dos processos científicos, tecnológico e de inovação entre os setores públicos e privados (Brasil, 2004);
- Lei 11.196/05, denominada como Lei do Bem, criando incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Brasil, 2005).

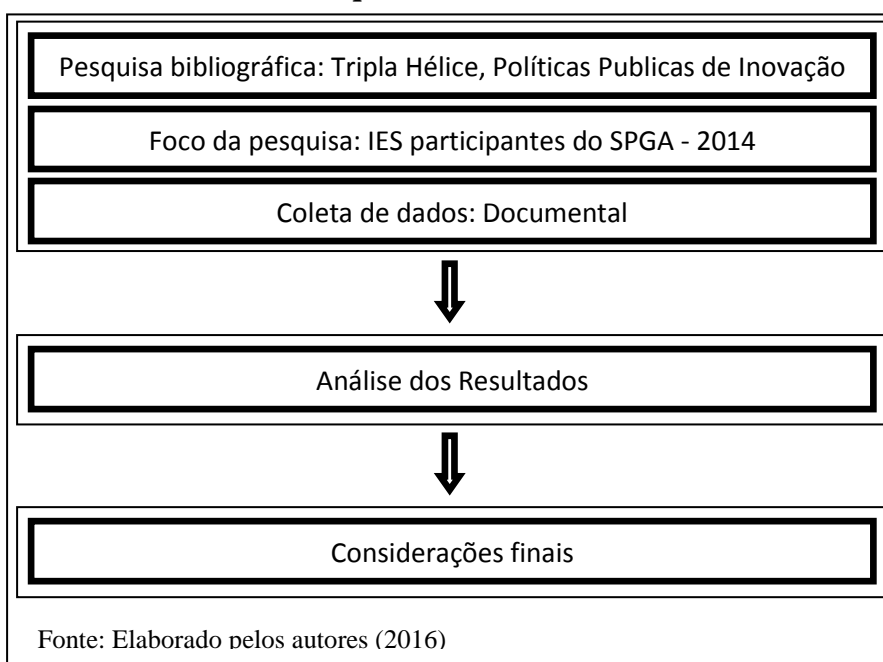
Sendo assim, para a consolidação de um progresso técnico e científico tornam-se essencial para seu desenvolvimento novas infraestruturas capazes de oferecer suporte para os processos de inovação, em particular as atividades que agregam conhecimento científico e tecnológico, o que gera competitividade, conhecimento e desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

O presente artigo busca descrever por meio de uma pesquisa exploratória realizada sob uma análise documental como as Instituições de Ensino Superior – IES localizadas na Região do Grande ABC estão inseridas em suas atividades de pesquisa, com foco para as atividades envolvendo o contexto das políticas públicas e inovação. Tendo como objetivo compreender como as IES locais atuam, tendo como base seu envolvimento com as políticas públicas e seu envolvimento com o contexto da inovação.

Para esse artigo será realizada uma pesquisa com característica exploratória. As pesquisas com características exploratórias podem proporcionar uma maior compreensão acerca do seu objeto de estudo, ou sobre o fenômeno a ser estudado. Assim contribui com resultados preliminares para futuras pesquisas acerca do tema (Pereira, 2010). A Figura 1 apresenta o modelo teórico de pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Figura 1 – Modelo Teórico de Pesquisa





A priori, o modelo teórico busca caracterizar os procedimentos utilizados para o delineamento da pesquisa. Sendo, primeiro realizada uma construção teórica tendo como referência as bases bibliográficas, com seu foco destinado para a articulação entre IES e Sistema local de Inovação. Posteriormente foi realizada uma consulta em bases de dados documentais, evidenciando suas análises e posteriores considerações finais sobre o estudo.

A pesquisa parte de um levantamento bibliográfico acerca das teorias de integração entre Universidades e Empresas, também sendo delineada a partir das teorias de políticas públicas de inovação. Trata-se de uma pesquisa documental sendo interpretada por Gil (2010) como um tipo de pesquisa a ser utilizada por todas as ciências sociais, incluindo nesse contexto os estudos sobre administração pública.

Desse modo, o conceito de documento torna-se amplo, sendo constituído por objetos capazes de comprovar um acontecimento ou resultado de pesquisas anteriores. Os documentos também são disponíveis nos mais diversos formatos, com ênfase hoje para os documentos eletrônicos.

Para o presente artigo optou-se por pesquisar as Instituições de Ensino Superior que participaram do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC, buscando em suas bases documental informações relevantes quanto ao envolvimento das instituições com o processo de inovação, e políticas públicas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC promovido pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, foi realizado na data de 30 de outubro de 2014 na cidade de São Bernardo do Campo. Mediante a possibilidade de reunir em mesmo evento pesquisadores engajados em desenvolvimento o evento foi dividido em quatro eixos temáticos, sendo eles: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Saúde e Biológicas; Exatas e Engenharias; Educação.

O Simpósio de Pesquisa também contou com a presença do setor produtivo local, o que permitiu também uma maior interação dos trabalhos de pesquisa e dos respectivos pesquisadores. Desse modo, proporcionando um processo de inter-relações entre as Instituições de Ensino Superior participantes do evento e do setor produtivo local.

As instituições participantes foram às seguintes: Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, Centro Universitário da FEI, Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, Centro Universitário Fundação Santo André – FSA, Faculdade de Medicina do ABC – FMABC, Universidade Federal do ABC – UFABC e Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS.

Todas as IES participantes do IV Simpósio de Pesquisa do Grande ABC possuem programas de pós-graduação, em nível de mestrado e/ou de doutorado, também trabalhando para desenvolver pesquisas e programas de extensão nas diversas áreas do conhecimento em que atuam.

Por fim, o IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC foi idealizado para proporcionar uma maior aproximação dessas instituições, além de permitir e estimular atividades de pesquisas entre as IES e empresas. O Simpósio de Pesquisa também contou com a participação de representantes de agências de fomento como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.



Para essa pesquisa também foi incluída a Instituição de Ensino Superior Faculdade de Tecnologia Termomecânica – FTT. A inclusão da instituição justifica-se pelo fato da sua importância regional para o desenvolvimento tecnológico da Região do Grande ABC com seus cursos voltados para as áreas de engenharia e gestão.

As análises dos resultados estão expostas de acordo com cada instituição de ensino superior pesquisada, apresentando seus resultados sob a ótica das políticas públicas regionais desempenhadas e/ou como suporte e sobre sua atuação com ações indutoras de inovação.

4.1 Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

A Universidade Metodista de São Paulo foi originalmente implantada no ano de 1938 sob o nome de Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo. A priori a região na qual a instituição estava inserida, estava sendo caracterizada por suas mudanças e transformações sociais, políticas, econômicas e com aspectos de vocação educacional promissora (Metodista, 2016).

Para esse artigo serão enfatizadas as contribuições da Cátedra Gestão de Cidades. Criada em 2003 a Cátedra Gestão de Cidades tem como finalidade a reflexão, contribuir para o desenvolvimento da cidade/região, produção de conhecimento, promover estudos, pesquisas e debates para políticas públicas em busca de uma melhora na qualidade de vida dos municípios da Região Metropolitana do Grande ABC. A Figura 2 a seguir apresenta as ações desenvolvidas pela Cátedra Gestão de Cidades com sua operacionalização voltadas para as áreas de políticas públicas.

Figura 2 – Cátedra Gestão de Cidades (Ações desenvolvidas)

Campo	Ação
Pesquisa	Promover e apoiar estudos, pesquisas, debates e projetos para implementação de políticas públicas integradas com vistas à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
Atividades	Envolver nas suas atividades estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de várias áreas do conhecimento.
Diálogo	Estabelecer diálogo com representantes das áreas governamentais, não-governamentais e privadas para reflexão e ação conjunta.
Articulação	Articular uma rede de informação que disponibilize acesso a estudos, pesquisas e estatísticas desenvolvidos sobre gestão de cidades.
Divulgação	Divulgar e compartilhar ações e reflexões desenvolvidas e atrair interessados no tema da gestão de cidades

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

A Cátedra Gestão de Cidades possui a supervisão do docente Dr. Luis Silvério Silva com o seu objetivo voltado para as contribuições do desenvolvimento da cidade/região além de promover ações e projetos que norteiam as políticas públicas regionais. Nota-se que a instituição Universidade Metodista de São Paulo por meio das ações desempenhadas pela Cátedra Gestão de Cidades possui suas ações voltadas para a gestão das políticas públicas



regionais. Isso não significa que a instituição despreze a importância da inovação, mas sua cultura regional está inserida no âmbito das políticas públicas regionais do Grande ABC.

4.2 Centro Universitário da FEI

Tendo como base o crescimento econômico brasileiro da década de 1940 o Pe. Roberto Sabóia de Medeiros funda em 1941 a antiga Escola Superior de Administração de Negócios de São Paulo - ESAN/SP. Posteriormente surgiu a Faculdade de Engenharia Industrial (1945), criada com o apoio direto de outras instituições de ensino. Mas foi somente em 2012 que surgiu a denominação de Centro Universitário da FEI. Com a proposta de integração de competências a instituição modifica sua nomenclatura de instituição de Ensino Superior para Centro Universitário da FEI, sob aprovação do MEC, por meio da Portaria nº 2574, de 4 de dezembro de 2001 (Centro Universitário da FEI, 2016).

O Centro Universitário da FEI está inserido diretamente com as atividades de inovação e pesquisa com destaque para o surgimento do Instituto de Pesquisa e Estudo Industriais – IPEI criado no ano de 1975. A Figura 3 apresenta os tipos de serviços tecnológicos desempenhados pelo IPEI, estando classificados nas seguintes áreas: área mecânica, área química e área têxtil.

Figura 3 – Áreas de Atuação do IPEI

Áreas	Atuação
Área Mecânica	Realização de ensaios em matérias-primas, peças e produtos acabados, por meio de procedimentos desenvolvidos internamente ou em conformidade com regulamentos/especificações técnicas e normas nacionais e internacionais. Principais serviços executados destacam-se: ensaios em componentes de elementos de máquinas; calibrações na área de força em máquinas de tração, torquímetros, durômetros e anéis dinamométricos; ensaios e calibrações especiais.
Área Química	Atualmente o serviço de maior demanda envolve a determinação da composição química de ligas metálicas utilizando a técnica de Espectroscopia de Emissão Atômica por Plasma Indutivamente Acoplado-ICP/AES. Esta técnica permite também realizar análises em amostras como tintas, tecidos e plásticos, quantificando metais específicos como: ferro, cromo, chumbo, cádmio, bário, entre outros. O Laboratório de Ensaios Químicos possui corpo técnico especializado para atuar também em demandas específicas da indústria, avaliando a possibilidade de atender às necessidades individuais de cada empresa.
Área Têxtil	O Laboratório de Ensaios têxteis executa uma variedade de ensaios têxteis físicos e químicos em fibras, fios, tecidos planos e malhas, artigos confeccionados e não tecidos, atuando em toda cadeia produtiva. É possível ainda a realização de uma série de serviços especiais, e que necessitam de uma consulta prévia ao Instituto para a verificação da possibilidade de sua execução.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)



Nota-se por meio da Figura 3 que o Instituto de Pesquisa e Estudo Industriais – IPEI além de desenvolver procedimentos internos também proporciona o trabalho em sinergia com profissionais aptos para atuarem nas demandas industriais, trabalhando em serviços especiais e atendendo as necessidades específicas das empresas atuantes na região.

Desse modo, o Centro Universitário da FEI proporciona uma vocação com ênfase para as ações de tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento industrial, estando ligado a pesquisas de caráter acadêmico e empresarial.

4.3 Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia – IMT

Fundado na data do dia 11 de dezembro de 1961 o Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia – IMT possui em sua categoria administrativa a função de uma associação sem fins lucrativos, com suas atividades ligadas as prática de ensino e pesquisa científica e tecnológica (Instituto Mauá de Tecnologia, 2016).

A instituição possui forte tradição na área de tecnologia, contribuindo a mais de 50 anos com o desenvolvimento tecnológico por meio da criação do Centro de Pesquisa criado no ano de 1966 (Instituto Mauá de Tecnologia, 2016). A Figura 4 apresenta os tipos de serviços disponíveis no Centro de Pesquisa do IMT, suas respectivas áreas de atuação e certificações.

Figura 4 – Serviços, Áreas de Atuação e Certificações do Centro de Pesquisa do Instituto Mauá de Tecnologia

Serviços	<p>Pesquisa tecnológica aplicada</p> <p>Desenvolvimento de produtos, processos, protótipos, equipamentos, instalações, sistemas acionamentos, instrumentação e afins</p> <p>Desenvolvimento de novas aplicações para tecnologias já existentes no CP-IMT</p> <p>Ensaio, testes, calibrações, análises, pareceres e certificações</p> <p>Projetos, consultoria, assessoria e planejamento</p> <p>Treinamento de pessoal na utilização das aplicações desenvolvidas</p>
Áreas de Atuação	<p>Alimentos, Bioquímica</p> <p>Automação, Eletrônica, Micro-ondas e Telecomunicações</p> <p>Certificação de Edificações e Equipamentos</p> <p>Civil</p> <p>Design</p> <p>Mecânica, Metalografia, Metrologia</p> <p>Motores, veículos</p> <p>PLM & Manufatura Digital</p> <p>Química, Tintas, Vernizes</p>
Qualificações	<p>Mais de 80 ensaios e calibrações acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro – CGCRE</p> <p>Dezessete linhas de pesquisas credenciadas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP</p> <p>Uma certificação de produto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT</p> <p>Certificação <i>Alliance Partner</i> pela <i>National Instruments</i></p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)



Observa-se que de acordo com a Figura 4 o Centro de Pesquisa vinculado à instituição possui forte vocação nas áreas de tecnologia, sobretudo ofertando serviços de tecnologia com características industriais em diversas áreas de atuações. Além disso, o Centro de Pesquisa do IMT também possui qualificações fornecidas por órgão competentes como Inmetro, Agência Nacional de Petróleo – ANP, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e qualificação internacional certificada pela *National Instruments*.

De fato o Instituto Mauá de Tecnologia – IMT possui forte vocação para as pesquisas de cunho tecnológico, contribuindo com aspectos de melhorias direcionadas para o setor produtivo local/regional.

4.4 Centro Universitário Fundação Santo André – FSA

O Centro Universitário Fundação Santo André foi criado em 1962. A instituição foi originada por meio de Lei Municipal e mantida sob a responsabilidade do poder público do município de Santo André (Fundação Santo André, 2016).

Posteriormente a Fundação Santo André se torna a mantenedora do Centro Universitário Fundação Santo André – FSA, integrando as atividades exercidas pela universidade agregando aspectos de pesquisa, extensão universitária e envolvimento com a comunidade local. A Figura 5 a seguir descreve os projetos desenvolvidos internamente pela Fundação Santo André – FSA

Figura 5 – Pesquisas e Projetos da FSA

Projetos	Descrição
Grupo de Pesquisa em Tecnologia de Materiais (GPTM)	Dedica-se ao estudo e desenvolvimento de técnicas de modificação e processamento de novos materiais metálicos e poliméricos, visando aperfeiçoar os processos e buscando propriedades inovadoras que possam atender às exigências atuais do mercado, em relação a processos e produtos que apresentem alta qualidade e desempenho, aumentando a competitividade frente ao mercado. Seus objetivos estão norteados em desenvolver materiais metálicos para aplicações tecnológicas; desenvolver materiais poliméricos para aplicações tecnológicas e desenvolver processos aplicados à reciclagem de materiais.
GESERV – Grupo de Estudos em Gestão de Operações de Serviços	Esta proposta pedagógica engloba a gestão das atividades de serviços, sendo que estas atividades não estão limitadas somente ao contexto das organizações que envolvem predominantemente serviços, mas cada vez mais se tornam diferenciais competitivos para organizações industriais. O objetivo deste grupo de pesquisa é realizar estudos no âmbito da gestão de operações de serviços, visando contribuir para o avanço das discussões presentes na literatura a respeito do tema.

Continua



Continuação da Figura 5

NPLASMA - Núcleo de Estudos de Tecnologia do Plasma	O plasma térmico não é uma tecnologia recente, com o desenvolvimento de novos processos e novos materiais, tem encontrado muitas aplicações em diversas áreas da tecnologia. Na área ambiental temos aplicações na área de tratamento de resíduos industriais, urbanos e hospitalares, além da recuperação de materiais para reuso, como embalagens tipo longa vida, alumínio, embalagens complexas, entre outros. Na área da metalurgia, o plasma térmico tem sido empregado para a redução de diversos minérios para a sua forma metálica, com a vantagem da eficiência energética do processo como um todo e com a preocupação com a qualidade de energia da rede elétrica. Na área de tecnologia de petróleo, recentemente as tochas de plasma tem sido utilizadas para perfuração de solos e rochas em substituição às brocas mecânicas. Os objetivos da pesquisa estão expostos como: estruturar as atividades de laboratório para a pesquisa da tecnologia de plasma térmico e suas aplicações e promover a pesquisa e desenvolvimento na área da tecnologia de plasma através de trabalhos de pesquisa.
NEDEL – Núcleo de Estudos de Desenvolvimento	O Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Local foi criado a partir de discussões sobre o desenvolvimento econômico da região do Grande ABC e também como instrumento de estudo e pesquisa sobre estratégias e linhas de atuação de desenvolvimento regional. Seu objetivo é promover discussões e estudos aprofundados na temática de desenvolvimento econômico regional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

O Centro Universitário Fundação Santo André – FSA está inserido em diversos tipos de atividades, contemplando ações de tecnologias nitidamente ligadas a traços de inovação com importantes pesquisas ligadas as áreas industriais e de serviços. Contudo, também possui atuação e estudos ligados ao desenvolvimento regional, promovendo discussões aprofundadas sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico regional.

Observa-se que a instituição está inserida em atividades de pesquisa e de inovação tecnológica, também contribuindo com pesquisas relacionadas ao desenvolvimento econômico. Os projetos desempenhados colaboram com a vocação das IES participantes do IV Simpósio de Pesquisa do Grande ABC, contribuindo com a promoção e divulgação de pesquisas, além de desempenhar atividades ligadas ao processo de inovação tecnológica local.

4.5 Faculdade de Medicina do ABC – FMABC

A instituição Faculdade de Medicina do ABC – FMABC localizada na cidade de Santo André foi oficialmente autorizada a funcionar no ano de 1969. A priori a instituição Faculdade de Medicina do ABC foi instituída por meio de um Decreto Federal, o que posteriormente passou para a competência do poder do Estado no ano de 1983 (Faculdade de Medicina do ABC, 2016).



A instituição Faculdade de Medicina do ABC possui um forte envolvimento com projetos de extensão universitária. Assim, proporciona uma interação entre o meio acadêmico e seus *stakeholders*. A Figura 6 apresenta alguns tipos de projetos e suas respectivas descrições.

Figura 6 – Projetos de Extensão da Faculdade de Medicina do ABC

Projeto	Descrição
Projeto de extensão “educação, saúde e sustentabilidade”	O presente projeto visa desenvolver uma atividade acadêmica de extensão para investir na conscientização e necessidade de preservação ambiental, com a participação dos alunos da FMABC e da Comunidade local, sendo desenvolvido em 5 (cinco) etapas: educação ambiental, compostagem, mini cursos, horta orgânica e a feira.
Projeto Gênero, Saúde e Meio Ambiente - Fase: “Quem bate lá?” em Paranapiacaba	Universalizar o acesso à informação em gênero, participação, saúde e cidadania; coletar dados epidemiológicos, de gênero, ambientais e indicadores em geral da população local; fomentar a participação desta comunidade.
II Fórum de Promoção à Saúde do Município de Santo André	Promover a Integração e troca de experiências dos trabalhos realizado na rede, através da realização de workshop, rodas de conversa e apresentações culturais dos diversos programas relacionados a qualidade de vida; fortalecer a participação popular e divulgar as ações de prevenção, educação e promoção da saúde à população.
Projeto gênero, saúde e meio ambiente - Parque Andreense	Atividades de extensão desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Santo André, a serem executadas na região do parque andreense.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Os projetos de extensão realizados pela Faculdade de Medicina do ABC proporcionam uma interação entre seus alunos e a comunidade local. Desse modo, a instituição torna-se parte vital das ações de saúde a serem realizadas nos bairros do município de Santo André e região.

As ações realizadas pela instituição estão vinculadas diretamente com as políticas públicas regionais. Assim, demonstrando a importância da instituição para o seu meio local como também proporcionando atividades ligadas diretamente ao apoio das políticas públicas.

4.6 Universidade Federal do ABC (UFABC)

A Universidade Federal do ABC – UFABC foi inaugurada no ano de 2005. O seu projeto acadêmico conta com uma matriz interdisciplinar envolvendo conhecimento científico e tecnológico (Universidade Federal do ABC, 2016). A instituição possui suas ações voltadas



para as demandas de tecnologia e engenharia, o que irá proporcionar um desenvolvimento em longo prazo para a região.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do ABC possui uma agência de inovação, denominada de Inova UFABC. Criada em 2010, a agência de inovação Inova UFABC foi idealizada para gerir a política institucional de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e atividades ligadas ao empreendedorismo tecnológico local (Inova UFABC, 2016). A Figura 7 a seguir apresenta um panorama das atividades exercidas pela agência de inovação Inova UFABC.

Figura 7 – Atividades Desempenhadas pela Agência de Inovação – Inova UFABC

Divisões	Descrição
Propriedade Intelectual	Responsável por gerir o portfólio de tecnologias inovadoras desenvolvidas na UFABC ou por seus pesquisadores quando estes atuam em conjunto com instituições públicas e privadas. O trabalho da Propriedade Intelectual permite à UFABC licenciar e comercializar as inovações tecnológicas desenvolvidas pela Universidade e seus parceiros.
Extensão Tecnológica e Formação Continuada	Responsável por viabilizar e proceder às ações de consultoria técnica e científica, oferecer ações de capacitação profissional e tecnológica continuada nas suas diversas modalidades, viabilizar ações de extensão tecnológica e certificação técnica e científica.
Transferência de Tecnologia	Realiza o intercâmbio de conhecimentos, técnicas, métodos de produção e habilidades tecnológicas entre a universidade e empresas, assegurando que o invento desenvolvido seja acessível para um número maior de pessoas que podem desenvolver e explorar este conhecimento em novos produtos, materiais e serviços.
Inteligência Estratégica	Com interface direta para todas as outras seções, a Inteligência Estratégica exerce papel fundamental na divulgação interna e externa de todas as atividades desenvolvidas, bem como ações que possibilitem promover a melhoria de desempenho no setor produtivo em consonância com as linhas gerais estabelecidas no planejamento institucional da UFABC.
Incubadoras e Parques Tecnológicos	A concepção de um Centro de Incubação Tecnológica na UFABC é o novo projeto da InovaUFABC, cujo objetivo é dar suporte à criação de empresas empreendedoras no ramo de tecnologia e relacionadas com a incubação de empresas, parques tecnológicos e centros de inovação na UFABC e em interface com atores externos, de acordo com a política de diretrizes para tal fim.
Empreendedorismo Tecnológico	Tem como missão primordial apoiar a criação e o desenvolvimento de novas empresas envolvendo os conhecimentos e tecnologias no âmbito das atividades de pesquisa e desenvolvimento da UFABC. Responsável por promover diversas atividades relacionadas ao empreendedorismo tecnológico, voltadas tanto ao público interno da UFABC, como também a seu público externo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)



Observa-se que, de acordo com a Figura 7, as atividades desempenhadas pela UFABC e sua agência de inovação contemplam ações voltadas para as práticas de desenvolvimento tecnológico. As atividades tecnológicas exercidas pela UFABC e por sua agência de inovação permitem a instituição comercializar as inovações tecnológicas desenvolvidas no âmbito da universidade. Assim como também proporciona uma interação entre academia e empresas locais por meio da transferência de tecnologia e atividade exercidas em conjunto com atores internos e externos.

4.7 Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

A Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS foi fundada no ano de 1968 e possui destaque com relação a sua vocação regional. A instituição configura-se com uma posição que lhe confere destaque no contexto da região Metropolitana do Grande ABC. A instituição também conta com atuação do Instituto de Pesquisa Aplicada da USCS – INPES, criado em 1982.

Atualmente o INPES vem desenvolvendo suas atividades nas áreas de administração pública e comunidade empresarial, atuando na solicitação de pesquisas para terceiros além de pesquisas socioeconômicas da Região do Grande ABC (Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2016). A seguir é apresentada a Figura 8 com informações pertinentes ao campo de atuação do INPES referente a alguns indicadores de sua pesquisa socioeconômica da Região do Grande ABC.

Figura 8 – Pesquisa Socioeconômica da Região do Grande ABC – Instituto de Pesquisa Aplicada da USCS

Indicadores	Pesquisa
Indicadores do Mercado de Trabalho	Percentual de população economicamente ativa - PEA - com idade a partir de 18 anos (total e segundo o gênero do entrevistado); Percentual de População com 18 anos ou mais ocupada; Setor econômico da atividade (Agregado no âmbito setorial: indústria, comércio e serviço); Carga horária da ocupação principal; Nível de informalidade; Rendimento na ocupação principal; Percentual de trabalhadores contribuintes para a Previdência Social; Taxa de desemprego.
Indicadores de Renda	Renda familiar; Renda familiar per capita; Renda disponível; Classificação Socioeconômica das Famílias (Critério Brasil - Novo); Opinião sobre a suficiência da Renda; Composição da renda: proporção da renda proveniente do trabalho, proveniente de transferências governamentais e provenientes de outras fontes (aplicações financeiras, aluguel, pensão alimentícia, previdência privada etc).

Continua



Continuação da Figura 8

Indicadores de População	Distribuição percentual dos moradores segundo o gênero; Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa etária.
Indicadores de Habitação	Condição de Propriedade do Imóvel; Número Médio de Cômodos; Gastos com habitação per capita; Tempo de moradia na Região da população com 18 anos ou mais.
Indicadores de Escolaridade	Grau de escolaridade da população com idade a partir de 18 anos de idade; Anos de estudo da população com 15 anos ou mais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Nota-se que, assim como a Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, a Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS possui suas ações voltadas para a gestão das políticas públicas locais. Seus indicadores e pesquisas realizadas colaboram para compreender o desenvolvimento socioeconômico e social da população residente da região. Sendo as pesquisas realizadas entre os sete municípios que compõem a Região do Grande ABC.

4.8 Faculdade de Tecnologia Termomecânica – FTT

A Faculdade de Tecnologia Termomecânica (FTT) fica localizada no município de São Bernardo do Campo. Seus dois primeiros cursos foram oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC em 2002, sendo eles: Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Mecatrônica (Faculdade de Tecnologia Termomecânica, 2016). A seguir a Figura 9 apresenta os recursos tecnológicos da FTT contribuindo com aspectos de tecnologia e inovação da respectiva instituição.

Figura 9 – Tecnologias da FTT

Recursos	Descrição
Planta piloto do curso de Engenharia de Alimentos	Utilizada para desenvolver produtos alimentícios nutritivos, saudáveis, seguros, práticos, com preços justos e que atendam às necessidades dos distintos grupos de consumidores.
Laboratório de Química	Identificar e resolver problemas existentes no setor alimentício de forma investigativa, crítica e criativa e também para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos utilizando metodologias e técnicas apropriadas.
Laboratório CIM - Manufatura Integrada por Computador, do curso de Engenharia de Controle e Automação	Utilizado para conceber, implantar, programar, operar e orientar a utilização de máquinas e equipamentos de produção automatizada, organizando e controlando seus procedimentos.

Continua



Continuação da Figura 9

Laboratório de Informática	Dentre as atividades exercidas no laboratório destacam-se as atividades relacionadas ao curso de Engenharia da Computação, onde são desenvolvidos projetos com tecnologias de banco de dados, engenharia de software, comunicação de dados e sistemas operacionais; O laboratório também serve de suporte para os demais cursos superiores ofertados pela instituição.
Fonte: Elaborado pelos autores (2016)	

A Faculdade de Tecnologia Termomecânica – FTT enquadra-se como uma instituição sem fins lucrativos, tendo como objetivo a plena formação de corpo discente. A instituição conta com importantes recursos tecnológicos avançados como: planta de Processos de Industrialização de Alimentos e Sistema de Manufatura Integrada por Computador. Também conta com laboratórios de automação industrial, informática e gestão (Faculdade de Tecnologia Termomecânica, 2016).

A Faculdade de Tecnologia Termomecânica possui uma maior inserção no campo tecnológico, inserção esta que está vinculada a sua vocação tecnológica na região do Grande ABC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as Instituições de Ensino Superiores pesquisadas participantes do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC observa-se que as IES estão inseridas em atividades ligadas a promoção de inovações tecnológicas e vinculadas as políticas públicas regionais.

As instituições pesquisadas diversificam suas ações de acordo com suas vocações institucionais. Assim contribuindo para a promoção das políticas públicas locais e para a promoção da inovação tecnológica em ambientes produtivos.

Nota-se que as instituições com raízes ligadas às políticas públicas locais realizam ações que promovem e apoiam os estudos, pesquisas, debates e projetos vinculados com as políticas públicas integradas locais. Outro aspecto a ser destacado são as atividades de extensão universitária.

Tais atividades interagem diretamente buscando o envolvimento entre academia e o seu meio social local. As atividades geralmente são desenvolvidas em conjunto com as comunidades locais e envolvem princípios de conscientização e preservação. Além de dispor da participação direta dos discentes e professores envolvidos.

Já as instituições com vocações para a inovação e a tecnologia estão caracterizadas e envolvidas diretamente com ações técnicas capazes de atuar na inovação tecnológica e em atender as demandas industriais locais/regionais.

As instituições buscam identificar e resolver problemas industriais existentes. Desse modo, também trabalhando em conjunto com as empresas locais proporcionando um maior envolvimento entre a academia e as empresas da região. Os aspectos de inovação buscam



proporcionar melhorias para os setores produtivos locais em consonância com as atividades desenvolvidas no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

Por fim, percebe-se que as temáticas políticas públicas locais e inovação não se configuram como obras acabadas. Tais temáticas requerem de constantes avanços e melhorias contínuas em seus processos de condução. Seja no campo da formulação e implementação das políticas públicas locais, seja no campo da inovação tecnológica local. É importante compreender que as IES locais promovem a difusão das políticas públicas e da inovação. Contudo, podem esbarrar em suas próprias limitações e dificuldades institucionais, sejam por motivos de recursos, sejam por motivos burocráticos.

REFERÊNCIAS

Agencia de Inovação. (2016, 26 de julho). **Inova UFABC**. Disponível em: <<http://inovacao.ufabc.edu.br/home/>>.

AGUIAR, A. A. G., & PAESE, C. R. (2012, jan. jun.). Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 4, n. 6.

APOLINÁRIO, V. (2013, novembro). Sistema de inovação e desenvolvimento: reflexões a partir da experiência brasileira. **Conferencia Internacional LALICS 2013**, Rio de Janeiro, p.1-16.

BRASIL. (1996a). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. (2000b). Lei nº 10.168/2000. **Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação**, Brasília.

BRASIL. (2004c). Lei nº 10.973/2004. **Lei de Inovação Tecnológica**. Brasília.

BRASIL. (2005d). Lei nº 11.196/2005. **Lei do Bem**. Brasília.

CASTILHOS, C., & CATTANI, A. D. (1997). Inovação. In: **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis, Vozes.

Centro Universitário FEI. (2016, 25 de julho). **Instituto de Pesquisa e Estudo Industriais – IPEI**. Disponível em: <<http://www.ipei.com.br/inovacao-tecnologica/>>.

Centro Universitário Fundação Santo André. (2016, 28 de julho). **Projetos e Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.fsa.br/projetos/projetos-pesquisas>>.



CHIARINI, T., & VIEIRA, K. P. (2011a, jul. dez.). Alinhamento das atividades de pesquisa científica e tecnológica realizadas pelas IES federais de Minas Gerais e as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v.10, n. 2, p. 301-342.

CHIARINI, T., & VIEIRA, K. P. (2012b, jan. mar.). Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia – FGV**, v. 66 n. 1 / p. 117–132.

CHIARINI, T., RAPINI, M. S., & VIEIRA, K. P. (2013, Nov). Produção de novos conhecimentos nas universidades federais e as políticas públicas brasileiras recentes de CT&I. **Conferencia Internacional LALICS 2013**, Rio de Janeiro, p.1-30.

DE MELO, D. R. A. (2012). **Relação universidade-empresa no Brasil: o papel da academia em redes de coinvenção**. (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Escola de administração núcleo de Pós-Graduação em Administração). Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/relacao-universidade-empresa-brasil-papel-academia-redes-coinvencao>>.

ETZKOWITZ, H., & LEYDESDORFF, L. (1995). *The triple helix-university-industry-government relations: a laboratory for knowledge based economic development*. **European Association Study Science and Technology Review**, v. 14, n.1, p.14-19.

Faculdade de Medicina do ABC. (2016, 27 de julho). **Projetos de Extensão Universitária**. Disponível em: <<http://www.fmabc.br/extensao/projetos?id=394>>.

Faculdade de Tecnologia Termomecânica – TM. (2016, 25 de julho). **Sobre a FTT**. Disponível em: <http://www.cefsa.org.br/ps2016/2/ftt/sobre_ftt.html>.

GELINSKI, C. R. O., & SEIBEL, E. J. (2008, abr. out.). Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. I e II, p. 227-240.

GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Instituto Mauá de Tecnologia – IMT. (2016, 27 de julho). **Serviços Tecnológicos**. Disponível em: <<http://maua.br/servicos-tecnologicos>>.

JOHNSON, B., & LUNDEVALL, B. (2005). Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: **Conhecimento, sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

KLINE, S., & ROSENBERG, N. (1986). *An overview of innovation*. In: LANDAU, R., ROSENBERG, N. (eds.) p. 275-305.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

LUNDVALL, B., & CHRISTENSEN, J. L. (1999, october). *Extending and deepening the analysis of innovation system: with empirical illustrations from the DISCO-project, DRUDI Working Paper*, n. 99-12.

MARCOVITCH, J. (1998). **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura.

MARQUES, A., & ABRUNHOSA, A. (2005). **Do modelo linear de inovação à abordagem sistêmica: aspectos teóricos e de política econômica**. Centro de Estudos da União Europeia (CEUNEUROPE). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MATIAS-PEREIRA, J., & KRUGLIANSKAS, I. (2005, jul. dez.). Gestão de inovação: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 4, n. 2.

MAZZOLENI, R., & NELSON, R. (2006). *The roles of research at universities and public labs in economic catch up. Laboratory of Economics and Management Sant’Anna School of Advanced Studies*, Pisa, Italy.

NELSON, R. (1990). *Capitalism as an engine of progress. Research Policy*, v. 19, p. 193-214.

PEREIRA, J. M. (2010). **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas.

PEREIRA, R. M., RODRIGUES, M. de S., & OLIVEIRA, E. A. A. Q. (2015, jan. jun.). O Papel das Agências de Inovação Acadêmicas para o Desenvolvimento Tecnológico. **Revista de Administração da Fatea**, v. 10, n. 10, p. 6-141.

PINTO, I. C. M. (2016a, 28 de julho). **Ascensão e Queda de uma Questão na Agenda Governamental: o caso das Organizações Sociais da Saúde na Bahia. Bahia**. (Tese de Doutorado, Administração do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, 2004). Disponível em: < <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/ascensao-queda-questao-agenda-governamental-caso-organizacoes-saude-bahia>>.

PINTO, I. C. M (2008b, jan. jun.). Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**. v. 12, n. 1, p. 27-36.

PUFFAL, D. P., & COSTA, A. B. (2011, setembro). A interação academia - indústria e a inovação nas empresas: um estudo nas empresas brasileiras. **XXXV Enanpad**, Rio de Janeiro.

SALERNO, M. S., & KUBOTA, L. C. (2008). Estado e inovação. In: NIGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Claudio. **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil**. Brasília: IPEA.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

SENDIN, P. V., & APPOLONI, C. R. (2006). Articulando um sistema local de inovação: a gênese do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Londrina, PR. **Congresso da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI)**, p.1-15.

SBRAGIA, R., STAL, E., CAMPANÁRIO, M. de A., & ANDREASSI, T. (2006). **Inovação: como vencer esse desafio empresarial**. São Paulo: Clio Editora.

SCHUMPETER, J. A. (1964). **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura.

SOUZA, C. (2006, jul. dez.). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, p. 20-45.

VALENTE, A. C. M., & VILHA, A. M. (2014, setembro). Parques tecnológicos como ambientes inovadores implicações para o sistema local de inovação do ABC. **XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas**, Belém, Pará.

VELHO, L. (2007). O papel da formação de pesquisadores no sistema de inovação. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 59, n. 4, p.23-28.

VIANA, A. L. (1996, mar. abr.). Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 30, n 2, p. 5-43.

Universidade Federal do ABC – UFABC. (2016, 26 de julho). **Institucional UFABC**. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=3>.

Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. (2016, 25 de julho). **Cátedra Gestão de Cidades**. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/escola-de-gestao-e-direito/noticias/agencia-metodista-de-consultoria-unifica-espacos-de-estudos-pesquisas-e-servicos-a-comunidade>>.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. (2016, 26 de julho). **Instituto de Pesquisa Aplicada da USCS – INPES**. Disponível em: <<http://www.uscs.edu.br/pesquisa/inpes.php>>.